

■ JOAQUIM PIRES / *Processo que sumiu da comarca é relativo a uma ação civil contra o prefeito Edios Ramos. Ele não prestou contas por 10 meses*

Força-Tarefa denuncia sumiço de processo

LUCIANA AZEVEDO
DA EDITORIA DE POLÍTICA

Um dos coordenadores da Força-Tarefa Popular do Piauí, Arimatéia Dantas, cobrou explicações sobre o desaparecimento de um processo na comarca de Joaquim Pires, relativo a uma ação civil pública contra o prefeito do município, Edios da Silva Ramos, por não ter apresentado a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), há 10 meses.

Em julho desse ano, a juíza que estava de plantão na comarca, Mara Rúbia, expediu uma liminar de uma ação civil pública dando um prazo de 30 dias para que o prefeito apresentasse a prestação de contas, sob pena de pagar multa diária no valor de R\$ 500,00, mas segundo Arimatéia, no final desse prazo o

processo sumiu. "Esse fato é muito preocupante porque fatos como esses podem acontecer com outros processos. Por isso, precisamos de esclarecimentos o mais rápido possível", afirma o coordenador.

Ele acrescentou que o prefeito de Joaquim Pires deixou de prestar contas de julho a dezembro de 2000 e de janeiro a agosto desse ano, e ainda não entregou o balanço geral de 2000. "Isso é caso para intervenção no município. Mas não conseguimos entender porque o Ministério Público não toma nenhuma atitude para fazer cumprir o que determina a lei, temos que saber se é por omissão, incompetência ou se é o caso dos prefeitos terem mais força do que o próprio ministé-

rio", ressalta Arimatéia.

Em agosto desse ano, a Força Tarefa Popular denunciou junto ao Ministério Público que mais de 142 prefeitos do Piauí estavam inadimplentes junto ao TCE. E de acordo com o último levantamento realizado pela entidade

**Ação civil pública
dava prazo de 30
dias para prefeito
apresentar contas**

junto ao órgão, foi averiguado que cerca de 90 prefeituras continuam sem prestar contas. Sendo que desses casos apontados como mais graves são o da prefeitura de Colônia do Piauí e Aroazes, que deixaram de prestar conta de janeiro a dezembro de 2000 e de janeiro a agosto de 2001. Mas também existem outros casos, como os das prefeituras de Assunção

do Piauí, Barreiras do Piauí e Brejo, que deixaram de apresentar a prestação de contas relativas ao período compreendido entre os meses de janeiro a agosto de 2001. "Estamos vigilantes em relação ao caso de Joaquim Pires, e todos os casos que envolvam prefeitos e ex-prefeitos. E em breve adotaremos uma ação mais concreta. Queremos que os prefeitos cumpram religiosamente o que determina a lei", afirmou Dantas.

A Força-Tarefa Popular do Piauí é uma organização que agrupa 30 entidades da sociedade civil organizada no combate à corrupção, principalmente prefeito e ex-prefeito, sobretudo no que diz respeito à verba do Fundef, cobrando agilidade no julgamento de processo, desvio de verba pública.